

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Lucilvana Ferreira Barros

HISTORIADORES AMAZÔNICOS NO
TERCEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA
NACIONAL: O IHGB E OS INSTITUTOS
HISTÓRICOS DA AMAZÔNIA (1938)

BARROS, Lucilvana Ferreira
HISTORIADORES AMAZÔNICOS NO TERCEIRO
CONGRESSO DE HISTÓRIA NACIONAL: O IHGB E OS
INSTITUTOS HISTÓRICOS DA AMAZÔNIA (1938)
R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 182(486): 303-336, mai./ago. 2021

Rio de Janeiro
mai./ago. 2021

HISTORIADORES AMAZÔNICOS NO TERCEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA NACIONAL: O IHGB E OS INSTITUTOS HISTÓRICOS DA AMAZÔNIA (1938)

AMAZONIAN HISTORIANS AT THE THIRD NATIONAL HISTORY CONGRESS: IHGB AND AMAZONIAN HISTORICAL INSTITUTES (1938)

LUCILVANA FERREIRA BARROS¹

Resumo:

Este estudo contribui com a historiografia brasileira e amazônica na década de 1930, tomando como objeto de análise as teses apresentadas pelos historiadores amazônicos no Terceiro Congresso de História Nacional, realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1938. As principais fontes utilizadas nesse texto foram os Anais do mencionado Congresso. Além do que, foram consultadas edições das revistas dos institutos históricos do Pará e Amazonas. A leitura dos documentos e do referencial bibliográfico possibilita compreender que as teses dos historiadores amazônicos, evidenciadas no citado evento, revelam o trato de temas da história regional em diálogo direto com a história da nação brasileira, logo se traduzem pela dupla conotação de servirem para apresentar a Amazônia e seus historiadores à rede intelectual em torno do IHGB, bem como ao participarem do evento se prestaram a compor um quadro mais amplo referente à construção do Estado nacional, tarefa há muito empreendida pelo próprio IHGB.

Palavras-chave: Historiografia; IHGB; Amazônia.

Abstract:

The paper is a contribution to Brazilian and Amazonian historiography in the 1930s. It is based on the analysis of a number of theses presented by Amazonian historians at the Third Congress of National History held by the Brazilian Historical and Geographic Institute in 1938. The main sources used in the text were the Annals of the Congress. In addition, we also consulted magazine editions published by the historical institutes of Pará and Amazonas. A reading of the documents and the bibliographic reference makes it possible to understand that the theses of the Amazonian historians presented at the congress reveal that they treat regional history themes in direct dialogue with the history of the Brazilian nation. The theses had, therefore, the double aim of serving to introduce the Amazon and its historians to the intellectual network around the IHGB, and also of enabling the historians to be part of a broader picture in terms of the development of a national state, a task that had long been a goal of the IHGB itself.

Keywords: historiography; IHGB; Amazon.

Introdução

Em ata de sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico do Pará – IHGP, de 1931, o presidente Luiz Barreiros informava que o IHGP havia recebido “um telegrama do Dr. Lauro Sodré agradecendo a indi-

1 – Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará-UFPA. Professora do Curso de História-UNIFESSPA. E-mail: lucilvanabarros@hotmail.com.

cação feita por este instituto para seu representante perante o Congresso de História Nacional²". O evento, ao qual o presidente Luiz Barreiros fez referência, foi o Segundo Congresso de História Nacional, realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) entre os dias 07 e 14 de abril de 1931. Congresso que teve como temática o centenário da Abdicação de D. Pedro I, e que ficou ricamente registrado nos Anais do Segundo Congresso de História Nacional impressos pelo IHGB, em 1934, registrando, segundo o presidente do Congresso, Ramiz Galvão, o "trabalho preliminar, assim como as atas das sessões que se realizaram e as numerosas monografias evidenciadas no memorável certame de 1931 [...] que a todo tempo serão atestados do patriotismo e do talento dos ilustres Brasileiros da nossa geração³".

O Segundo Congresso ficou marcado, conforme Lúcia Paschoal Guimarães, pela celebração do centenário do 7 de abril de 1831, e voltava-se "para a nacionalização da independência, espelhando os valores e as ideias comuns de uma época que se caracterizou pela preocupação do cultivo dos sentimentos patrióticos e do enaltecimento de figuras exemplares⁴". Assim, os trabalhos acadêmicos foram organizados em três seções, e voltaram-se para as seguintes áreas do conhecimento histórico: História política; História administrativa, econômica e diplomática; e História científica, literária e artística, e biobibliográficas. No referido Congresso, três intelectuais dos Institutos Históricos da Amazônia participaram do evento: o médico e político Vivaldo Palma Lima Filho, do Instituto Geográfico e Histórico do Estado do Amazonas (IGHA), o militar e político republicano Lauro Nina Sodré e Silva e o intelectual Jorge Hurley representantes do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP).

2 – Ata de sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Sessão comemorativa ao primeiro centenário da abdicação de D. Pedro I, 1931, p. 1.

3 – INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Anais do Segundo Congresso de História Nacional*, 1934, s/p.

4 – GUIMARÃES, Lúcia M. P. *Da Escola Palatina ao Silogeu: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007, p. 146.

O IHGB realizou na primeira metade do século XX quatro congressos de História Nacional (1914, 1931 e 1938, 1949), um Congresso Internacional de História da América (7 a 15 de setembro de 1922), além de conferências, palestras, comemorações do centenário da independência (1922) e de D. Pedro II (1925), dentre outros eventos. Esses eventos congregavam participantes de várias partes do país e alguns do exterior, como foi o caso do Congresso Internacional de História da América, e era comum o IHGB encaminhar convites aos Institutos estaduais para que estes enviassem um representante de cada estado para participação nos eventos.

Desde o século XIX, o IHGB buscou solidificar o seu projeto de integração nacional espalhando seus ideais civilizatórios para as várias partes do Brasil, este projeto ficou implícito no incentivo às viagens exploratórias e de reconhecimento de regiões distantes do centro-sul do país, e de reconhecimento à Amazônia, a exemplo da histórica expedição científica realizada às províncias do norte do país entre 1859 e 1861, quando estudiosos da astronomia, botânica, etnografia e outras áreas trabalharam, conforme o IHGB, para produzir um conhecimento nacional em detrimento do conhecimento produzido por viajantes estrangeiros, e ainda com vistas à organização de uma exposição no Museu Nacional: “daí o espaço que a Revista mantida pela instituição concedia aos trabalhos voltados para a divulgação de conhecimento de caráter histórico, geográfico e etnográfico sobre a região⁵” [amazônica], ou o estudo dos materiais coletados nesta região, a partir das diretrizes civilizatórias do IHGB, como afirmou Salgado Guimarães:

Revelar o Brasil, chegar até às suas regiões-limite, identificar os seus recursos naturais, estudar o índio como possível força-de-trabalho a civilizar e integrar à sociedade brasileira, conhecer necessariamente os grandes homens do país, eram desafios a que o Instituto se lançou tão logo foi fundado. Centralizar essas formas de saber no Rio de Janeiro, para a feitura da História nacional, era a contrapartida in-

5 – GUIMARÃES, Manoel L. S. A revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os temas de sua historiografia (1839-1857) fazendo a história nacional. In: WELHING, A. *Origens: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – ideias filosóficas e sociais e estrutura de poder no 2º Reinado*. Rio de Janeiro: Erca, 1989, p. 21-41.

telectual do processo de centralização política que presidia à ação do Império na construção da ordem monárquica⁶.

Contudo, a “concepção orgânica e excessivamente centralizadora de nação, inspirada, em parte, nos princípios do Iluminismo”, sacrificava “determinadas especificidades regionais, sobretudo aquelas de áreas tão remotas e desconhecidas, como era o caso da Amazônia, em nome da necessidade de promover o país a padrões ditos civilizados⁷”. A partir das primeiras décadas do século XX, com uma maior participação dos intelectuais amazônicos nos eventos e publicações do IHGB, trazendo uma maior visibilidade para a região, estas distâncias foram minimizadas, evidenciando a existência de uma elite intelectual na Amazônia. Arthur César Ferreira Reis⁸, entre outros intelectuais do IGHA e do IHGP, destacou-se neste contexto, escrevendo para tornar a região mais conhecida, construindo e divulgando um conjunto de imagens e representações sobre a região, buscando instituir uma História oficial sobre este espaço. Dos eventos realizados pelo IHGB concederemos destaque para o Terceiro Congresso de História Nacional, por este ter congregado o maior número de intelectuais da Amazônia no evento, buscando analisar as teses apresentadas e os debates realizados pelos intelectuais do IGHA e IHGP nos quadros do IHGB neste evento.

O Terceiro Congresso de História Nacional foi realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na semana de 21 a 28 de ou-

6 – *Idem*.

7 – COELHO, Mauro Cezar; QUEIROZ, Jonas Marçal de. Fronteiras da História, limites do saber: a Amazônia e seus intérpretes. In: QUEIROZ, Jonas Marçal; COELHO, Mauro Cezar. (Orgs.). *Amazônia: modernização e conflito (séculos XVIII e XIX)*. 1ª ed. Belém; Macapá: Núcleo de Altos Estudos da Amazônia/UFPA; Universidade Federal do Amapá, 2001, p. 162.

8 – Arthur César Ferreira Reis, nasceu em Manaus em 1906 e faleceu no Rio de Janeiro em 1993. Bacharelou-se em Direito em 1927 pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Historiador do Estado do Amazonas. Professor, jornalista, sócio do IHGB, do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA) e de vários institutos estaduais. Foi presidente da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), diretor do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), governador do Amazonas. Professor de Sociologia e Política na Pontifícia Universidade Católica (PUC) e de Administração na Fundação Getúlio Vargas, e da pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF).

tubro de 1938, e trouxe como marco o primeiro centenário do IHGB. O evento teve como “presidência de honra o Conde de Afonso Celso, o Ministro da Educação e Saúde Pública, o Cardeal Arcebispo, o prefeito do Distrito Federal e o Presidente da República Getúlio Vargas⁹”. Além dos integrantes dos quadros sociais, o IHGB convidou uma ampla relação de “personalidades formada por autoridades do governo, representantes dos institutos históricos estaduais e instituições congêneres¹⁰”. No que se refere às regras do evento, decidiu-se aceitar “apenas a inscrição de obras inéditas, avaliadas previamente por comitês científicos”, tal como ocorreu no primeiro e segundo congressos, realizados em 1914 e 1931, contudo novos certames foram elaborados para a organização das seções, devendo estas ser organizadas da seguinte forma: “Bibliografias; História Política e Parlamentar; História Econômica e Social; História Diplomática e Militar; Etnografia, Geografia e Arqueologia; Ciências, letras, artes e religião¹¹”.

A organização das seções demonstrava uma preocupação que já se apresentava na historiografia brasileira deste contexto: “abordar os aspectos econômicos articulando-os aos quadros sociais¹²”. No que se refere à organização temática, os congressistas poderiam [...] “contribuir com quaisquer memórias sobre história do Brasil, no período que vai de 1500 a 1900¹³”, prevalecendo ainda uma orientação pela divisão cronológica da história do Brasil. De acordo com os regimes políticos, contudo, as principais fases da história pátria deveriam ser analisadas a partir de diversas abordagens, diferente da “sequência árida de episódios, regulamentos e

9 – INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB). *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1.

10 – GUIMARÃES, Lúcia M. P., *op. cit.*, p. 187.

11 – IHGB. *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p. 17-18. Em função da amplitude dos temas tratados a comissão organizadora inseriu mais uma seção intitulada História Geral do Brasil.

12 – RODRIGUES, J. H. *Teoria da História do Brasil: uma introdução metodológica*. 5ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978, p. 187.

13 – IHGB. *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p. 17-18.

leis, que prevaleceram nos quadros das seções do Primeiro Congresso de 1914¹⁴”.

No conjunto das temáticas privilegiadas pelo evento, destacou-se a preocupação em abordar a problemática das origens e da formação da cultura brasileira, e a necessidade de enfatizar personalidades que servissem de exemplos às gerações futuras. A esta altura, formava-se uma nova geração de historiadores no IHGB, a exemplo de José Honório Rodrigues, Américo Jacobina Lacombe e Arthur César Ferreira Reis, inclusive o parecer da tese exposta por Arthur Reis, no evento, apontava que as considerações do citado historiador eram “dignas de figurar entre as melhores dos Anais¹⁵”. Além da tese exposta por Arthur César Ferreira Reis (“A navegação fluvial durante o Segundo Reinado”), do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas, foram apresentadas no Terceiro Congresso de História Nacional as teses dos representantes do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, a saber: “A proclamação da República”, de Lauro Sodré, e “Os selvagens do Brasil”, de Jorge Hurley.

Levando em consideração as informações acima, esse artigo tem como objetivo analisar as três teses acima citadas dos historiadores amazônicos destacadas no Congresso, buscando refletir sobre a história e os historiadores amazônicos presentes no evento. Arelada ao objetivo deste artigo, encontra-se a questão central de pesquisa: como as teses apresentadas pelos historiadores da Amazônia representaram temas da história nacional e, ao mesmo tempo, de que forma essas teses possuíam aspectos históricos pertinentes à própria história da Amazônia?

Como fontes para o referido estudo serão analisadas as três teses apresentadas pelos historiadores amazônicos no Terceiro Congresso de História Nacional, além de alguns artigos das revistas dos institutos históricos do Pará e Amazonas. A análise destes documentos ancora-se em aporte bibliográfico voltado para a historiografia brasileira e do próprio

14 – GUIMARÃES, Lúcia M. P., *op. cit.*, p.188.

15 – Parecer sobre a tese *Navegação fluvial, especialmente a do Amazonas*, de autoria de Arthur César Ferreira Reis. IHGB. *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1.

IHGB, bem como de uma bibliografia amazônica, e outra especificamente paraense.

A importância de investigar a relação entre texto e discurso e a inscrição destes no contexto histórico social nos obriga a analisar mais de perto o universo social e intelectual a que pertenciam os intelectuais que serão aqui analisados, buscando compreender a natureza das representações elaboradas por eles em suas narrativas e o lugar sociocultural em que eles se inseriam, as redes de poder e saber nas quais estavam imersos para a construção de seus discursos. Para essa reflexão é importante o debate apresentado por Jean-François Sirinelli¹⁶, a começar pelo conceito de rede de sociabilidade, ou seja, o meio intelectual identificado como “um ‘pequeno mundo estreito’, onde os laços se atam [...]”¹⁷, em um ambiente de fermentação intelectual que põe em movimento ideias, a exemplo dos congressos de História Nacional promovidos pelo IHGB. Ainda para esse autor, é fundamental a análise das relações estabelecidas entre as ideologias produzidas ou veiculadas pelos intelectuais e a “cultura política” de sua época, como poderemos observar no perfil dos intelectuais amazônicos. Ainda é necessário conhecer, conforme afirma Michel de Certeau, “o lugar social de produção destas narrativas, o universo institucional a que pertenceram seus autores, o processo de produção (prática de escrita) das mesmas e a natureza de suas escritas”¹⁸.

Este estudo contribui com a historiografia amazônica e brasileira naquilo que diz respeito ao exame da história e dos historiadores regionais amazônicos em diálogo com a historiografia brasileira na década de 1930. Além do que, este artigo justifica-se em função de não se conhecerem estudos que analisem a participação de historiadores amazônicos nos congressos de História organizados pelo IHGB ao longo de sua história. Sendo assim, este texto supre uma lacuna na compreensão deste debate tão importante para a historiografia brasileira.

16 – SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

17 – *Ibidem*, p. 248.

18 – CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 65-106.

O artigo foi dividido em cinco partes. Na primeira, enfatizamos o tema, os objetivos, as ideias norteadoras do trabalho, as fontes consultadas e os aspectos teóricos e bibliográficos. Adiante, na segunda parte, apresentamos a participação do historiador paraense Henrique Jorge Hurley e o seu debate acerca dos povos indígenas no Brasil *durante o processo de colonização*. Na terceira parte, destacamos a participação do historiador amazonense Arthur César Ferreira Reis no evento e o seu debate acerca da navegação fluvial no Segundo Reinado. Em um quarto momento, salientamos a participação do republicanista Lauro Nina Sodré no evento e a sua defesa pela República Brasileira. E, por fim, apresentamos as considerações finais deste artigo.

Jorge Hurley: a integração do indígena amazônico ao Brasil

A primeira tese apresentada por um historiador amazônida no Terceiro Congresso de História Nacional foi de autoria de Henrique Jorge Hurley¹⁹ do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. A tese intitulada “Os selvagens do Brasil” foi ofertada pelo autor paraense ao secretário perpétuo do IHGB Max Fleiuss: “ao ilustre mestre de História Geral e do Brasil, Dr. Max Fleiuss, ofereço o meu trabalho ‘Os Selvagens do Brasil’, escrito para colaborar na obra da comemoração do Centenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro²⁰”. A obra dividida em cinco capítulos disserta acerca dos indígenas brasileiros durante o processo de colonização em várias partes do Brasil. Chama atenção no texto a linguagem e o olhar historiográfico expressado por Hurley acerca dos povos indígenas narrados ao longo dos capítulos.

19 – Henrique Jorge Hurley nasceu na cidade de Natal/RN em 1883 e morreu em Belém/PA, em 1956. Formou-se pela Faculdade de Direito do Pará-1905-1910. Foi nomeado Desembargador do Tribunal Superior de Justiça do Estado do Pará em 1934. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, vice-presidente no período 1930-1932 e presidente nos períodos de 1932-1935, 1935-1937 e 1937-1939. Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, São Paulo e Bahia.

20 – HURLEY, Jorge. Os selvagens do Brasil. In: IHGB. *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p.s/p.

Henrique Jorge Hurley iniciou a carreira profissional como militar, logo formou-se em Direito, campo propício para seu trânsito junto aos letrados à época como os literatos modernistas paraenses, daí sua participação em instituições clássicas do campo literário e de pesquisa histórica, como a *Revista Belém Nova*, a Academia Paraense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, atuando na fronteira de ser um tipo de antropólogo e historiador. Esteve alinhado ao movimento político que a partir de 1930 governou o Brasil, de modo que alcançou os cargos de Corregedor das comarcas de Belém e durante a interventoria de Magalhães Barata no Pará ocupou o cargo de desembargador do Tribunal do Estado. Segundo Magda Ricci, Jorge Hurley:

[...] transitou pela política do governo varguista e do Estado Novo, debatendo uma série de conceitos comuns à época, como os de identidade nacional *versus* raça, educação e civilização no Brasil e o papel do homem no espaço amazônico²¹.

Inicialmente, destacamos o título da obra, a saber: “Os selvagens do Brasil”, que aponta para as representações clássicas elaboradas por alguns membros do IHGB no que diz respeito aos povos indígenas no Brasil. Para Manoel Luiz Salgado Guimarães, ao analisar as representações dos povos indígenas nas revistas do IHGB do século XIX, concluiu que não se tratava apenas de buscar incluir os indígenas na História do Brasil, mas de uma tentativa de integrá-los socialmente na nação, possibilitando “o processo civilizador²²”, processo esse análogo ao que ocorria nas décadas de 1930 e 1940 no país, que se voltava para os debates em torno do povo brasileiro e a questão da mestiçagem, ou seja, a formação étnica e social da nação mediante as três raças formadoras. No Pará, desde 1935, conforme Ricci (2007), os intelectuais paraenses procuravam um sentimento de unidade com o Brasil, sobretudo, naquilo que diz respeito ao homem brasileiro, que visto a partir da Amazônia apresentava-se como o caboclo, investido de seu antepassado de luta: o cabano. Em 1938, Jorge Hurley

21 – RICCI, Magda. Folclore, literatura e história: a trajetória de Henrique Jorge Hurley. In: FONTES, Edilza Joana de Oliveira; NETO, José Maia Bezerra. (Orgs.). *Diálogos entre história, literatura e memória*. Belém: Paka Tatu, 2007, p. 309-310.

22 – GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p. 144.

buscava o tratamento por índios selvagens, por parte deste autor, indicava a postura de um intelectual com a pretensão de transformar esse índio em um brasileiro, obviamente tido como civilizado, o que explica a nomenclatura utilizada por Hurley para os povos indígenas em suas narrativas historiográficas.

Narrando, inicialmente, o processo de pacificação e conquista dos povos indígenas dos sertões da Bahia no início do século XVIII (1716), Jorge Hurley os descreve inúmeras vezes como “bárbaros selvagens”, “aborígenes”, “indomáveis” etc., como podemos observar no fragmento a seguir:

Habitavam os sertões da Baía várias tribos que os jesuítas portugueses denominavam *tapuias* por serem inimigos figadais dos *tupis* e seus anãmas (parentes). Ocupavam os tapuias as selvas quase inacessíveis dos sertões [...]. Dentre esses bárbaros selvagens, destacavam-se, pela sua ferocidade, os *Orizes* e seus aliados Procazes, que mantinham um perpétuo estado de guerra com os *Caiambés*[...]²³.

Ao buscar descrever o perfil dos indígenas desta região, exibindo para o leitor os traços estéticos destes sujeitos, Jorge Hurley classificava-os negativamente, depreciando-os como bárbaros sanguinários, ferozes e violentos, assustadores em suas práticas:

De estatura alta e corpo reforçado, esses tapuias cultivavam mandioca, carás e batatas, e davam-se à antropofagia *devorando, por vingança e gula, os inimigos que lhes caíam prisioneiros*. Eram tristes, ferozes e odientos. A preocupação principal de sua política era o desforço sangrento, a vingança²⁴.

Partindo das descrições ressaltadas pelo escritor português José Freire de Monterroio Mascarenhas, na obra avulsa “Os Orizes conquistados”²⁵, publicada em Lisboa pelas “Officinas de Antonio Pedroso Galvão”,

23 – HURLEY, Jorge, *op. cit.*, 1938, v.1, p. 71.

24 – *Ibidem*, p. 72.

25 – “Os Orizes conquistados, ou notícia da conversam dos indomitos Orizes Procazes, povos barbaros, & guerreyros do Certaõ do Brasil, novamente reduzidos a Santa Fé Catholica, & á obediencia da Coroa Portugueza: com a qual se descreve tambem a aspereza do sitio da sua habitaçaõ, a cegueyra da sua idolatria, & barbaridade dos seus ritos.” Acesso em: 26.03.21. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br>.

em 1716, Jorge Hurley reafirma a importância do trabalho de catequização dos indígenas como via de integração social, ou seja, civilizar por meio da religião e da renúncia à violência, destacando o papel das ordens religiosas como primordiais na cristianização dos indígenas. Assim, lembra o trabalho de sacerdotes jesuítas como José de Anchieta e Manoel da Nóbrega que “entraram na historiografia como civilizadores do Brasil²⁶”, o autor traz destaque para a figura do padre Eusébio Dias Laços Lima:

A descrição desses maravilhosos sucessos põe em realce o devotamento, a abnegação e a coragem do vigário da paróquia de nossa Senhora de Nazareth de Itapocurú de Cima padre Eusébio Dias Laços Lima, o herói pacífico dessa esplêndida vitória²⁷.

Desse modo, na narrativa de Hurley, o padre Eusébio Dias Laços Lima era o protagonista da história de “pacificação dos bravos orizes e procazes²⁸” ocorrida, segundo este autor, em junho de 1713.

No primeiro capítulo da obra “Um milagre de N. S. de Nazareth”, Hurley narra o episódio do resgate de dezoito indígenas orizes das mãos de seus inimigos, os índios caimbés, realizado pelo padre Eusébio Dias Laços Lima, levando-os para viverem em Itapocurú de Cima, onde, segundo o autor, os orizes passaram pelo processo de catequização, necessário para “modificar-lhes a educação livre das selvas²⁹”. Na narrativa de Hurley, podemos observar uma supervalorização do desempenho dos colonizadores, neste caso do padre Eusébio, por meio de uma descrição épica e eurocêntrica, posto que os portugueses teriam sido capazes de, além de negociar com os caimbés, dominar povos guerreiros, como os orizes e procazes, e catequizá-los, disciplinando-os para fazer-lhes trabalhar e defender a terra como fiéis e submissos servidores do rei, exaltando o processo de pacificação realizado pelos portugueses e apresentando a catequização do restante da tribo como moeda de troca pelo resgate dos rapazes da aldeia, dentre eles o filho do cacique, como podemos observar no fragmento a seguir:

26 – GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado, *op. cit.*, 2011, p. 151.

27 – HURLEY, Jorge, *op. cit.*, 1938, v.1, p. 71.

28 – *Ibidem*, p. 73.

29 – *Ibidem*, p. 75.

O cacique entra na trincheira e vendo o filho ao lado do padre são e salvo, “lançou-se por terra com os de sua companhia” [...] O padre Eusebio Dias o levantou nos braços, e o filho lhe contou quanto tinha passado, e pediu-lhe que aceitasse a paz e a religião dos brancos. Mostrou-lhe que a vida lá fora, com os brancos era melhor do que “naquelas incultas brenhas³⁰”.

Não demorou muito o padre Eusebio levantou um altar do lado de fora da barricada, a partir do qual “deveria celebrar o santo sacrifício da missa em ação de graças por essa vitória da religião³¹”. Na cerimônia, foram batizadas três mil e setecentas pessoas, durante três dias, entre homens, mulheres, velhos e meninos, sendo destacado o padre Eusébio neste cenário como “o virtuoso general dessa incomensurável conquista para a civilização brasileira, pois este “vencera com a cruz, irradiando a piedade cristã, [...], e “as feras de ontem eram os cordeiros de hoje e o vigário de Nazareth do Itapocurú de Cima, o seu pastor, que com eles, suportando, pacientemente, a vida e os costumes selvagens, passou cinco meses instruindo-os de modo a que pudessem receber o batismo³²”.

Na Amazônia das primeiras décadas do século XX, intelectuais a exemplo de Jorge Hurley demonstravam interesse por estudos de caráter folclórico e etnográfico, demonstrando especial atenção para a identidade dos índios amazônicos. Desde a expedição ao rio Gurupi, em 1919, que este historiador analisava em suas pesquisas as práticas e representações, bem como o destino dos índios da região. Assim, na década de 1930, acompanhando a política governamental do Estado Novo, de civilizar a nação brasileira, e os debates realizados no interior da política indigenista brasileira, Jorge Hurley reafirma as suas propostas para estes povos, os quais ele pensava, conforme Figueiredo:

“civilizar” o mais rápido possível [...], procurando dar condições para que o índio se transformasse num “brasileiro”. A ideia era “matar” a figura do índio e construir sobre ela a do civilizado. Quanto às tradições, seriam registradas no momento da conquista, da pacificação e

30 – *Ibidem*, p. 77.

31 – *Ibidem*, p. 78.

32 – *Ibidem*, p. 79.

conservadas sob a forma de etnografia e folclore. Assim ninguém teria que enfrentar índios bravos e sanguinários, ao mesmo tempo em que se mataria o embrião das crenças pagãs, guardando apenas os registros do passado³³.

Para Hurley, o processo de pacificação e conquista era fundamental, contudo, por intermédio de um trabalho lento e gradual de integração pacífica destes povos à civilização brasileira e amazônica, dialogando com estes e estabelecendo laços de amizade e alianças de paz. Deste modo, no segundo capítulo do livro desse autor, intitulado “O Heroísmo de Iauirauçu-Arraia Grande”, esse historiador concede destaque para o personagem indígena Iauirauçu, conhecido como arraia grande, indígena cacique dos caetes. Em três páginas, narra um dos episódios da tentativa de colonização pelos franceses do Norte do Brasil, em especial o Pará na primeira metade do século XVII. O texto apresenta a aliança firmada pelo general protestante da Marinha francesa Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière e os índios tupinambás na região do rio Tocantins:

Ravardière esteve no rio Tocantins nas aldeias Pacaiá e Parisope (Parijós), onde o cacique Iuacauçu (céu grande), aderindo a guerra aos camarupins, lhe ofereceu mais mil e duzentos caboclos cametaoaras[...] Depois desse encontro sangrento, em que foram mortos muitos camarupins, recuou Ravardière [...] pretendia prolongar sua excursão ao interior do Pará³⁴.

Explicitando a aliança firmada entre o general francês e o cacique tupinambá, Hurley narra de forma engrandecedora as ações do cacique Iuacauçu à frente de um naufrago em que este esteve presente com destino ao Maranhão vindo do Pará. Assim, descrito como o herói da narrativa, Iuacauçu foi quem salvou, conforme Hurley, a tripulação do navio francês, como podemos observar no fragmento a seguir:

Estavam nus numa ilha deserta, sem água doce e cercada de mangues, siriubeiras e tinteiras e de praias povoadas de aves marinhas, condenados a morrerem à fome e à sede. [...] E Arraiá-grande, como verdadeira Iamanta (Arraia fabulosa), “atirou-se às ondas, e a nado, atravessou

33 – *Ibidem*, p. 322.

34 – *Ibidem*, p. 82.

grande espaço cheio de mangue, desembaraçando-se a muito custo das raízes destas árvores, e do tujuco, onde, às vezes, se enterrava até o pescoço. Chegando à aldeia dos seus semelhantes, animou-os a virem com algumas canoas, vestidos e víveres, e depois que todos regressaram às aldeias defronte do lugar do naufrágio, ele lhes entregou tudo quanto haviam perdido, e que o mar tinha atirado às praias. Esse ato do bravo governador selvagem dos caetés consolidou a amizade entre franceses e tupinambás³⁵.

Dito isso, observamos um processo de heroicização do personagem indígena, quando este aparece como protagonista dos episódios narrados. O protagonismo, no entanto, decorre da amizade do índio com a figura dos colonizadores, pois, para ser grande, Iuacauaçu precisou filiar-se ao general francês, “firmando com eles amizade e paz³⁶”. De todo modo, na narrativa de Hurley, a valorização do papel do índio foi algo a se notar, visto que a inclusão efetiva dos povos indígenas com suas ações, práticas e formas de existências na narrativa histórica ocorreu apenas na década de 1990.

O terceiro capítulo do livro de Hurley, denominado “A pacificação dos selvagens dos rios Doce e Mucuri”, destaca, por sua vez, um personagem europeu, Guido Thomaz Marlière, Tenente-Coronel do Exército francês, e as suas incursões pelo interior do Sul do Brasil, especificamente, os “vales férteis de São Mateus, Mucuri e Jequitinhonha, antigas províncias do Espírito Santo e Minas Gerais”. Para Hurley, Guido Thomaz foi um herói colonizador da região, parafraseando o sertanista Theóphilo Otoni, Guido Thomaz foi o “pai e o amigo dos Botocudos, comparado a Anchieta, Antonio Vieira ou um Malagrida³⁷”.

Utilizando como fonte um artigo da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, “Apontamentos sobre a vida do índio Guido Pocrane³⁸”, Hurley narra de forma harmônica e romântica a amizade es-

35 – *Ibidem*, p. 84.

36 – *Ibidem*, p. 83.

37 – *Ibidem*, p. 85-86.

38 – FERRAZ, L. P. do C. Apontamentos sobre a vida do índio Guido Pocrane e sobre o francez Guido Marlière, oferecido ao Instituto Histórico Geográfico do Brasil, pelo sócio

tabelecida entre um índio botocudo da região e Guido Thomaz. Guido Pocrane serviu durante 13 anos como “ponto de ligação entre os selvagens e agente de Marlière³⁹”, bem como “penetrava os sertões regionais em vista às aldeias”, conciliando as aldeias inimigas. Para Jorge Hurley, eram esses dois conhecidos como os “pacificadores dos Botocudos do Rio Doce”, e ficaram “perpetuados na memória dos sertanejos e dos aborígenes do Espírito Santo e Minas Gerais, os quais recordavam com saudade, os seus nomes⁴⁰”.

Uma característica bastante presente nas narrativas de Jorge Hurley acerca dos povos indígenas é a recusa à violência, visto sua aproximação com a ideia de pacificação por meio da catequização. Assim, ao narrar a atuação do político e comerciante do império Teófilo Ottoni, destaca as críticas enfatizadas por este acerca da “selvajaria dos colonos contra os aborígenes”, como observa-se a seguir:

No sítio do Mariano, duas léguas acima de São José, os cristãos tendo atraído os selvagens a uma emboscada, os atacaram a falsa fé, e fizeram larga carnificina. Dezesseis crânios foram então vendidos (triste mercadoria) a um francês, que disse fazer esta aquisição por conta do Museu de Paris. Foi isto em 1846. O francês tinha encomenda de crânios selvagens e o cristão sertanejo preparou-se, de emboscada e bateu dezesseis amerabas para satisfazer-lhe o pedido. Matar um homem do caá para lhe extrair o crânio era, naquele tempo, a mesma coisa que abater um jaguar para lhe tirar a pele, ou uma garça para lhe colher as plumas! Perseguidos e chacinados, assim, com tanta crueldade, os selvagens somem-se nas florestas onde as feras lhes seriam, talvez, mais amigas ou, paradoxalmente, mais humanas[...]⁴¹.

A partir desta lógica, portanto, de narrar o processo de pacificação sem violência, destaca, no capítulo quatro de sua obra: “A 4ª Bandeira Goiana”, a investida do alferes José Pinto da Fonseca na região do rio Araguaia, realizada em junho de 1775 para a conquista e pacificação dos índios Carajás e Javaé. Assim, enfatiza com reprovação o processo de

Exmo. Snr. Conselheiro Luiz Pedreira de Couto Ferraz. *RIGHB XVIII*, 1855, p. 410-417.

39 – HURLEY, Jorge, *op. cit.*, 1938, v.1, p. 88.

40 – *Ibidem*, p. 90.

41 – *Ibidem*, p. 91.

pacificação empreendido pelo Coronel Antônio Pires de Campos, descrevendo-o como uma “bandeira de trágica e bárbara memória, ocorrida em 1741⁴²”.

Ao utilizar como fonte vários artigos publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, inclusive o relatório de Alferes Fonseca, Hurley narra com satisfação o pacto de amizade estabelecido entre os bandeirantes e os indígenas Carajás e Iavaés, episódio que ficou registrado na carta declarada pelo Cacique Carajá e no juramento de vassalagem e fidelidade elaborado pelo chefe da bandeira José Pinto da Fonseca. Apesar de os bandeirantes terem ficado conhecidos pelos métodos violentos de apresamento de indígenas pelos sertões do Brasil, o que *a priori* os afastaria da ideia de conquista pacífica de Hurley, acabaram sendo bem vistos pelo autor, em virtude do caráter cristão catequizador empreendido pelos bandeirantes, visto que a instalação da bandeira na aldeia era legitimada por meio da celebração de uma missa, como ficou registrado em vários episódios do processo de colonização no Brasil, inclusive, no vale do rio Araguaia como narrou este historiador:

No dia de Santana, de 1775, o padre Francisco da Vitória, diante de uma grande cruz e num altar improvisado e enfeitado de flores da mata, das quais se destacava lindas catleias e outras parasitas, celebrava a primeira missa, assistida dos bandeirantes e da massa Carajá, cujos selvagens, ajoelhando-se e levantando-se, seguiam os movimentos dos brancos durante a missa. Terminada a missa, houve lugar a festa da imposição do nome de “Santa Ana” à ilha Bananal. Depois dessa cerimônia, o chefe Carajá declarou a Bandeira instalada na ilha, recebendo, nessa ocasião, mais algumas ferramentas⁴³.

Essa perspectiva de Jorge Hurley acerca da pacificação indígena por meio da catequização foi defendida em vários de seus artigos, inclusive em um artigo publicado na *Revista do IHGP* de 1932, intitulado “Prol catequese do aborígene brasileiro: o serviço de proteção aos índios no Pará e talvez no Brasil, por sua ineficiência, é pura ficção⁴⁴”, quando este

42 – *Ibidem*, p. 95.

43 – *Ibidem*, p. 103.

44 – HURLEY, Jorge. Prol catechese do aborígene brasileiro. O serviço de proteção aos

autor afirma que “a catechese dos selvagens, que ainda possuímos, como “bicho do mato”, não pode ser eficiente sem o auxílio protector da grande árvore frondosa do christianismo eterna cartilha de A, B, C da civilização entre os povos bárbaros⁴⁵”.

Assim, no último capítulo de seu livro “Estudos sobre o selvagem brasileiro”, o historiador paraense relata a vingança dos índios caiapós contra o coronel Antônio Pires de Campos, este “insigne assassino[...] que tinha o prazer de ensanguentar os sertões brasileiros com o sangue nobre dos nossos aborígenes”, havia, conforme Hurley, tido o mesmo destino de suas vítimas na “bandeira da morte”, liderada por este colonizador:

Após alguns dias de marcha, houve o encontro entre esses selvagens e a Bandeira sinistra do coronel (de milícias) Antonio Pires de Campos que, depois de uma luta encarniçada desbarata os Caiapós que, num instante feliz, conseguem encravar-lhe uma flecha no peito direito abaixo do hombro⁴⁶.

Portanto, Jorge Hurley no último capítulo de sua obra reafirmava sua tese de integração dos indígenas da Amazônia ao Brasil, mediante processos de pacificação e cristianização. Todavia, tal idealização de política indigenista de Hurley acaba por revelar um processo também violento, visto pressupor eliminar a carga cultural indígena a partir da transposição para uma condição dita pelo autor de civilização, o que se traduz como a cultura do homem branco. Essa posição de Hurley foi tensionada a partir de 1920, com a chegada no Pará do etnólogo alemão Curt Nimuendajú, ele que assumia a Chefia da Seção Etnográfica do Museu Paraense Emílio Goeldi naquele ano. Conforme Figueiredo, o momento de contestação de Hurley, por parte de Curt Nimuendajú, ocorreu justamente quando esse último demonstrou aversão em relação “a proposta de Jorge Hurley em trazer os índios Tembé do Gurupi para morar com os Tembé do Guamá, que viviam mais próximos do contato com a “civilização⁴⁷”. Estabelecia-

‘índios’ do Pará e talvez no Brasil, por sua ineficiência, é pura ficção. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, VII, nº 7, p. 223-227, 1932.

45 – *Ibidem*, p. 227.

46 – *Idem*.

47 – FIGUEIREDO, Aldrin Moura. (2010). O índio como metáfora: política, modernis-

se nesse momento o contraste entre uma visão acerca do indígena a ser submetido a um processo de imposição cultural e, por outro lado, uma visão que objetivava a conservação de sua condição tida como “autêntica”.

Arthur César Ferreira Reis: a exaltação da Amazônia no Segundo Reinado

Tese escrita sob encomenda pelo IHGB, o texto produzido e apresentado por Arthur Reis, versava sobre o “Panorama econômico-financeiro do 2º Reinado: Navegação fluvial, especialmente a do Amazonas”, e caracterizava-se como uma valorização da história do Segundo Reinado, atrelada à discussão da navegação fluvial, especialmente, a do rio Amazonas. Uma carta, localizada no acervo de correspondências de Arthur César Ferreira Reis, no Centro Cultural dos Povos da Amazônia, em Manaus, escrita em 15 de outubro de 1937 pelo IHGB, assim se reportava acerca do convite ao historiador amazônida:

Em nome da Comissão Organizadora do 3º Congresso de História Nacional, a realizar-se nesta Capital de 21 a 29 de outubro do anno vindouro, para comemorar o primeiro centenário da fundação do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, temos a honra de comunicar a V. Excia. Que a mesma comissão, prestando justa homenagem aos altos merecimentos e comprovada competência de V. Excia., resolveu elege-lo relator da these n. 37- (e) que assim se escreve: “*Panorama economico-financeiro do 2º Reinado: Navegação fluvial, especialmente a do Amazonas*”. Certos de que V. Excia. Não recusará o encargo que lhe foi espontaneamente conferido, antecipamos nossos agradecimentos, aproveitando o ensejo que se nos offerece para apresentar a V. Excia. Os protestos de nosso particular estima e distinctissima consideração⁴⁸.

Com base nas normas do evento, cada tese apresentada deveria ter um parecerista, e no caso do texto exibido por Arthur Reis o parecer ficou a cargo do historiador carioca Marcos Carneiro de Mendonça,

mo e historiografia na Amazônia nas primeiras décadas do século XX. *Projeto História*, nº 41. São Paulo: USP, p. 322-323.

48 – Carta-convite do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1937. *Biblioteca Arthur Reis, Centro Cultural dos Povos da Amazônia, Manaus, AM*.

membro do IHGB. Para Mendonça, o texto de Reis “oferece-nos condensado panorama dos múltiplos aspectos por que tem sido tratado no Brasil, esse importante problema⁴⁹”. O tema da navegação fluvial deve ser considerado como importante para o IHGB, visto que, seguindo sua tradição imperial, o Instituto possivelmente buscava exaltar o evento da abertura do rio Amazonas à navegação internacional, decretado por D. Pedro II, em 1867. Faz-se necessário também lembrar que a tese sobre o Segundo Reinado foi justamente solicitada ao representante do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e não ao representante do Instituto do Pará, aventa-se, nesse caso, certa tradição monarquista do instituto do Amazonas, diferentemente do instituto do Pará de nítida tradição republicana desde sua fundação.

Na tese sustentada por Reis, evidencia-se uma epopeia da ocupação portuguesa na região a partir do processo de reafirmação da autoridade portuguesa neste espaço. Pautado nos ideais civilizatórios do IHGB, o texto acaba discriminando os índios e negros no processo de colonização e construção da nacionalidade, destacando os personagens lusitanos como condutores do processo histórico, como podemos observar na narrativa apresentada pelo autor:

A política portuguesa, relativamente à navegação de nossos cursos d'água, não fugiu ao sistema de reservas, de prudência, que a orientou noutros aspectos. Foi, significativamente, cautelosa. Dentro do espírito da época, Portugal aproveitou, em grande parte, para os seus nacionais, as vias magníficas que cortavam o hinterland. Aproveitou a seu modo, limpando as margens de indígenas, quando estes incomodavam os viajores, fazendo criar, para eles, pequenas colônias de pousadas e abastecimento [...]. Através dessas estradas líquidas, atingiu, com os bandeirantes, o coração do Brasil, ligou norte a sul, fez circular as riquezas com que o alto sertão contribuiu para o movimento da economia nacional [...]⁵⁰.

49 – Parecer sobre a tese Navegação fluvial, especialmente a do Amazonas, de autoria de Arthur César Ferreira Reis. IHGB. *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p.144.

50 – REIS, Arthur César Ferreira. Navegação fluvial, especialmente a do Amazonas. IHGB. *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1941, v. 4, p. 5.

No final do século XVIII e início do XIX, Reis heroifica os trabalhos desenvolvidos pelo português D. Francisco de Souza Coutinho na região, afirmando, que este teria governado a Amazônia:

[...] com preocupações civilizadoras, imaginando aumentá-la com a incorporação da Guiana Francesa, projetou uma série de providências para animá-la e elevá-la às altas condições de progresso. Um plano largo, que propunha os mais variados problemas da região e lhes dava a solução enérgica, sábia, momentosa. D. Francisco compreendera a realidade amazônica, nos seus aspectos físico-humanos⁵¹.

Ainda em relação aos índios e negros, a visão de Reis coaduna-se com a visão da intelectualidade da época, especialmente de alguns membros do IHGB, notadamente uma visão destes grupos étnicos dentro da ideia de raças bárbaras, incivilizadas, como pode-se ver quando o autor fala acerca do período da Cabanagem que a “massa indígena cooperava sem ordem”. Sobre o negro dizia que “[...] viera para a Amazônia em número reduzido. Não se criara ali, por isso, um foco de *homo-afer*⁵²”, ou seja, a tradução deste último em dicionários revela que o autor tratava assim sobre o negro na condição de impassível e preguiçoso. Na esteira da formação social da região, Reis voltou a falar sobre a população à época da Cabanagem, evidenciando que em localidades de diretórios indígenas e ribeirinhas, “dessas malocas, desses núcleos, de um primitivismo rude, saiam às centenas os caboclos, empregados nas obras públicas de Belém e Manaus⁵³”. Em contraposição, apontava que sob os vícios da civilização estavam domésticos o canoeiro, o buscador de drogas do sertão e trabalhadores de sítios e roças, obviamente descendentes de brancos.

Quando Arthur Reis analisava as demais partes do Império, no que se referia à questão da navegação fluvial, a exemplo do Parnaíba, no Paraíba do Sul, no São Francisco etc., afirmava que “a navegação continuava aquela que vinha da era colonial⁵⁴”. Para este autor, “o pensamento dominante era o de que sem a intervenção eficiente do poder público nada

51 – *Ibidem*, p. 7

52 – *Ibidem*, p. 32.

53 – *Idem*.

54 – *Ibidem*, p. 24-25.

de útil seria possível”. Contudo, segundo Arthur Reis, este cenário iria mudar com a emergência do Segundo Reinado, pois:

Com Pedro II, até 1889, íamos viver a nossa grande experiência democrática. Em todos os setores do país, a força moralizadora e serena e construtiva se faria sentir. Os mais graves problemas do Estado iam agora ser examinados, para que o Império ascendesse no continental [...].

As interpretações sobre o processo histórico vivido na Amazônia, portanto, para Arthur Reis, vinculavam-se à percepção de um estado forte e centralizado, capaz de promover e gerir o desenvolvimento do país, estando representado neste momento, nas ações do Segundo Reinado sobre o território amazônico. Reis, ao passo que se debruçou acerca da navegação fluvial no Vale do Amazonas, traçou um quadro econômico e financeiro da região, como sugere o título de sua comunicação. Logo, se após a independência o Extremo Norte estava envolvido em uma complexa crise econômica e social, noticia que após 1850 os debates sobre a navegação do rio Amazonas e a implementação do barco a vapor mobilizaram as elites políticas da região, quando narra a criação de companhias de navegação, a presença dos investimento do Barão de Mauá e seus enviados à região, como João Martins da Silva Coutinho, além de demonstrar que o Vale possuía uma produção econômica a partir de produtos agrícolas e da extração da seringa. O texto tratava ainda da liberação da navegação do Amazonas para nações estrangeiras e, por fim, Reis dedicou uma pequena parte do seu texto para tratar da navegação em outras partes do Império, citando as bacias do São Francisco, Paraguai, Paraíba do Sul, entre outros.

Em pleno contexto de centralização política vivida no país com o golpe de Estado de 1937, Arthur Reis, enquanto intelectual vinculado ao Estado, crítico do liberalismo, e com o histórico de apoio a intervenção estatal em diferentes contextos da história nacional e amazônica, a exemplo da “junta Revolucionária, em 1930, do Estado Novo, em 1937, e Militar, em 1964, defendia a “intervenção do Estado na organização das relações sociais, nos seus diversos níveis⁵⁵”.

55 – COELHO, Mauro Cezar; QUEIROZ, Jonas Marçal de. *Fronteiras da História*, li-

Compreendendo a história como um instrumento pedagógico, este autor foi buscar nos investimentos do passado imperial para com a Amazônia, em especial do Segundo Reinado, os exemplos a serem seguidos pelo poder estatal da geração presente para com a região, característica que ficou expressa em várias de suas obras sobre a história da região⁵⁶. Era uma marca da Historiografia brasileira e amazônica deste momento de engajamento intelectual com as tendências políticas nacionais e regionais. De acordo com Mônica Pimenta Veloso, foi uma prática comum no Brasil “nos momentos de crise e mudanças históricas profundas – instauração do Império, Proclamação da República, Revolução de 30 e Estado Novo –, as elites intelectuais marcarem presença no cenário político, defendendo o direito de interferirem no processo de organização nacional⁵⁷”.

No Estado do Amazonas, os intelectuais ligados às tradicionais instituições de produção de saber, como o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA) e a Academia Amazonense de Letras (AAL), estavam estreitamente ligados às preocupações políticas locais e regionais, integravam este grupo, por exemplo, “os intelectuais diretamente envolvidos no processo revolucionário de 1930”: Carlos Mesquita, professor, Waldemar Pedrosa, advogado, o próprio Arthur César Ferreira Reis, a esta época relator da Comissão de Delimitação de Limites dos Municípios do Estado do Amazonas, e o advogado Álvaro Botelho Maia, membro da AAL, nomeado Interventor Federal durante os anos 1930-1931 e, posteriormente, por meio das eleições de 1935 a 1945, dez anos⁵⁸.

mites do saber: a Amazônia e seus intérpretes. In: COELHO, Mauro Cezar; QUEIROZ, Jonas Marçal de (Orgs.). *Amazônia: modernização e conflito* (séculos XVIII e XIX). 1ª ed. Belém; Macapá: Núcleo de Altos Estudos da Amazônia/UFPA; Universidade Federal do Amapá, 2001, p. 159-190, p. 170.

56 – REIS, Arthur César Ferreira. A ocupação portuguesa no vale amazônico. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1968, tomo I, volume I; REIS, Arthur César Ferreira. (1940) *A Política de Portugal no Vale Amazônico*. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1993.

57 – VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, vol. 2.

58 – GUZMÁN, Décio Marco Antônio de Alencar. *História de brancos: memória, história e etno-história dos índios Manaó do Rio Negro* (Sécs. XVIII- XIX). Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Campinas: 1997, p. 115-116.

Assim, compreendendo o texto de Reis como fruto do contexto histórico e político vivido no país à época, naquilo que diz respeito ao auge do autoritarismo político dos anos Vargas, e a postura adotada pelo IHGB ao apoiar os acontecimentos revolucionários de 1930, nomeando como presidente de honra do Terceiro Congresso de História Nacional o Presidente da República, Getúlio Vargas, bem como a encomenda do IHGB para Arthur Reis na construção de uma tese sobre o Segundo Reinado e os investimentos deste no que confere à navegação fluvial para a Região amazônica, percebe-se a relação passado-presente na narrativa histórica, como afirma Marc Bloch, pois foi exatamente nos anos Vargas que a região amazônica recebeu uma atenção “especial” do Governo Federal e recepcionava uma visão de história sobre a região produzida pelo Governo, pautada na ideia de soerguimento da Amazônia, em razão da marcha para o Norte.

A Revista Mensal de Estudos Brasileiros *Cultura Política*, criada em 1941 pelo Departamento de Imprensa e Propaganda do Governo Vargas, considerada, conforme Ângela de Castro Gomes, um “espelho do Brasil⁵⁹”, integrou um conjunto de realizações na área da política cultural do Estado Novo, trazendo em suas várias seções⁶⁰ o retrato das políticas e ideologias governamentais à frente da nação brasileira neste contexto. No que confere à Região Amazônica, podemos identificar inúmeras narrativas acerca desta região nos artigos deste periódico, sendo elaboradas nos anos 1940 várias representações para a região que, por vezes, tal como frisado por Andrade (2010), retomaram as representações clássicas construídas por “Euclides da Cunha em (Um Paraíso Perdido e À margem da História), Alberto Rangel (Inferno Verde) e Alfredo Ladislau (Terra Imatura) sobre clima, raça e civilização⁶¹”, ou tentavam superá-

59 – GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 125

60 – Problemas políticos e sociais; O pensamento político do chefe do governo; A estrutura jurídico-política do Brasil; Atividade governamental; Textos e documentos históricos; Brasil social, intelectual e artístico.

61 – ANDRADE, Rômulo de Paula. Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta: Getúlio Vargas e a *Revista Cultura Política* redescobrem a Amazônia (1940-1941). *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 5, n. 2, p. 453-468, maio-ago.

-las, colaborando para construir um ideário oficial pelos intelectuais do Estado Novo (1937-1945) com o intuito de explicar a realidade social da Amazônia e as possíveis áreas de intervenção do governo central, culpado historicamente pela situação de “abandono” desta região.

O programa Marcha para o Oeste e a viagem de Getúlio Vargas à região nos anos 1940, quando proferiu o “Discurso do rio Amazonas”, proporcionaram uma ampliação de publicações de artigos na revista durante os anos 1941 e 1942, que passou a trazer um conjunto de representações sobre a Amazônia, classificando-a, muitas vezes, como “um lugar a ser conquistado pelo poder central” e o debate sobre temas regionais, a exemplo da subseção “Quadros e costumes do Norte”, escrito por Raimundo Pinheiro, e a representação de elementos regionais, a exemplo da necessidade de povoamento, o saneamento, a redenção do caboclo e do nordestino, a superação do clima, do binômio homem *versus* natureza e a colonização da região, tornando-se constantes nas narrativas deste periódico.

Além do que, os temas acima evidenciados estiveram presentes no discurso do Presidente Vargas no Amazonas, em 1940, quando ele enfatizou em sua fala aspectos caros à história da região, como a questão do clima, a ideia de civilizar e povoar, além de pressupor uma visão técnica e moderna para o alavanque da região. O discurso varguista praticamente lastreou certa interpretação histórica da Amazônia a partir da década de 1940. Ao iniciar seu pronunciamento, Vargas, logo no início, elencou que a história da região foi feita de heroísmo e luta contra o meio e a missão histórica dos homens públicos destinou-se a “conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta⁶²”. A função enunciativa de Vargas naquele momento era transpor o discurso do lendário e contemplativo em relação à Amazônia para fomentar um estudo “objetivo da realidade” para o desenvolvimento regional articulado ao crescimento da Pátria.

2010.

62 – Discurso do Presidente Getúlio Dornelles Vargas. In: *A Visita do Presidente Vargas e as esperanças do ressurgimento do Amazonas: propaganda amazonense*. Imprensa Pública: Manaus, 1940, p. 13.

Mais importante para o tema da História e da Historiografia amazônica é compreender a construção de certa interpretação da História da região a partir da visão governamental varguista e, para isso, concorre observar a fala do próprio Presidente ao dizer: “o Amazonas sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da terra, e, equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-á um capítulo da história da civilização⁶³”. Esse cenário acima descrito caracteriza o clima em torno dos debates que construíram um novo pensamento social acerca da Região Amazônica, (re)visando, em alguns aspectos, as narrativas e a produção literária da primeira República, trazendo novos olhares para a História da região, representando, desta forma, uma nova forma de interesse do governo central para com a região historicamente invisibilizada.

Lauro Sodré e a defesa pela instituição republicana

Além do texto do representante amazonense (Arthur Reis), cabe analisar o texto de um dos representantes paraenses, o político e militar Lauro Nina Sodré⁶⁴, por sua vez, de considerável relevância para a compreensão historiográfica do contexto do evento que participava, visto a natureza política da tese sustentada por ele: “uma defesa pela instituição republicana” através do texto intitulado “A Proclamação da República”. Lauro Sodré iniciou seu texto destacando os elogios realizados pelo escritor português Latino Coelho ao “patriarca” da independência brasileira José Bonifácio, enfatizando o papel desempenhado por este no processo de emancipação política nacional, reafirmando a importância da efeméride para o destino da nação brasileira:

[...] militava pela instituição republicana o ser a própria nação ainda nascente, desatada por completo dos usos europeus, formando parte importante de um sistema político propriamente americano, onde a

63 – *Ibidem*, p. 14.

64 – Lauro Nina Sodré e Silva nasceu em Belém do Pará em 1858 e faleceu no Rio de Janeiro em 1944. Foi um político e militar republicano, governador do Pará e senador. Seguidor da doutrina positivista de Augusto Comte. Dentre as suas principais publicações destacam-se: *A idéia republicana no Pará* (1890), *Palavras e atos* (1896), *Crenças e opiniões* (1896), *A evolução política do Brasil* (1906) e *Pelo norte da República*.

monarquia era uma exceção, quase uma anomalia, como se disséramos um tipo orgânico em certa maneira dissonante da flora política do novo mundo. [...] desde os primórdios do século XVIII começamos a galgar, de degrau em degrau, a longa série de perigosas andadas, que nos subiram até às cumeadas, a que vitoriosos chegamos em 1889⁶⁵.

Tomando como aparato teórico e metodológico a compreensão da história como uma ciência positiva para a sua análise histórica da Proclamação da República, Lauro Sodré buscou encontrar as “Leis gerais” ou os “padrões⁶⁶” das experiências históricas que levaram ao processo republicano de 1889. Assim, baseado na doutrina filosófica do francês Augusto Comte, desenvolveu uma equiparação entre as ciências naturais e sociais compreendendo os fatos históricos como objetos passíveis de observação e experimentação, como podemos observar no fragmento de sua tese a seguir:

[...] a ciência da história é hoje como as ciências positivas. O seu método é como os das outras ciências, o método experimental; assim: “constatam-se os fatos pela observação e pela experimentação e desses fatos particulares tiram-se por indução os fatos gerais ou leis”. Era já a lição de Pascal no *Fragment d’un Traité du vide* a mostrar como um mesmo homem que subsiste sempre e que aprende continuamente. O que a história como ciência ensina, no dizer autorizado do grande mestre que foi um dia Littré, é como os estados sociais sucedem uns aos outros em uma ordem determinada⁶⁷.

Observa-se uma perspectiva universalista e a busca por leis gerais e constantes que estariam por trás do desenvolvimento das sociedades humanas. Ao citar intelectuais iluministas, como o matemático Condorcet e o filósofo Kant, que buscavam as leis para a determinação das ações humanas, e um “fio condutor” que explicasse a história dos homens, este intelectual observa o processo de Proclamação da República como algo inevitável e inerente ao cenário moderno do final do século XIX, demons-

65 – SODRÉ, Lauro. A Proclamação da República. IHGB, *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p. 351.

66 – BARROS, José D’ Assunção. *Teoria da História*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 73.

67 – SODRÉ, *op. cit.*, 1938, p. 351.

trado empiricamente por fatos e experiências passadas, como podemos observar nas narrativas a seguir:

Era já com larga antecedência, a opinião emitida por Condorcet, ao ver como se manifesta a constância na variedade dos fenômenos sociais: “se o homem pode prever com uma segurança quasi inteira os fenômenos, cujas leis lhes são conhecidas; se, mesmo quando elas lhes são desconhecidas é possível, segundo a experiência do passado, predizer, com uma grande probabilidade, os acontecimentos do futuro, porque olhar-se-ia como quimérica empresa a de traçar com alguma verossemelhança o quadro dos destinos futuros da espécie humana, segundo os resultados da sua história?⁶⁸”.

Aberto o livro é bem de ver como nasceu e se avolumou em constante crescimento a ideia republicana, em tempos vários e em pontos diversos e distantes da pátria, sem esquecer que não cessaram de pagar o seu doloroso tributo os confessores da nova ideia salvadora, caindo condenados e mortos pelas autoridades violentas da coroa, os audaciosos pregadores das doutrinas liberais⁶⁹.

Assim, apropriando-se das leituras do filósofo Condorcet, Lauro Sodré relembra em sua tese a necessidade de libertar o Brasil, de finais do século XIX, dos grilhões do antigo regime. Condorcet, que viveu o clima da França Revolucionária na busca da libertação das opressões políticas e sociais impostas pelo Antigo Regime naquele país, buscava em suas obras a superação do cenário que unia os interesses do Estado Absolutista, da Nobreza com seus privilégios, e dos setores mais conservadores da igreja, e sustentavam a Monarquia Absolutista e os privilégios de uma Aristocracia encarada sob o prisma do “parasitismo social”, bem como “as superstições teológicas e hierarquizações sociais difundidas pelo Alto Clero⁷⁰”. Era, portanto, um cenário que se encaixava como “uma luva” para lembrar as pretensões políticas e sociais galgadas por Sodré em finais do Oitocentos no Brasil e na Amazônia, ou seja, a construção de um governo democrático e republicano, tal qual sonhado pelos ideólogos do movimento republicano de 1870, e não o cenário de corrupção e centrali-

68 – *Idem*, p. 351.

69 – *Idem*, p. 351.

70 – BARROS, José D’ Assunção. *Teoria da História*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

zação política vividos na Primeira República, ou de autoritarismo político vivido no Brasil dos anos Vargas.

Na busca das fundações do sentimento nacional e reafirmação do pensamento republicano, Lauro Sodré, contrariamente ao estado autoritário dos anos 1930, mergulha nos eventos do passado do Brasil colonial e imperial na busca das raízes do republicanismo no país. Assim, enfatizando acontecimentos como a Guerra dos Mascates, em especial o 10 de novembro de 1710, o conflito entre os senhores de engenho de Olinda e um grupo de comerciantes portugueses de Recife, afirmando ser este o “primeiro e largo passo para que entre nós vingasse um regime político, que nos fizesse emparelhar com as nações, em que o povo por si se governa⁷¹”. Ainda nesta perspectiva, Sodré evoca outras revoltas nativistas como a Revolta de Vila Rica (ou de Felipe dos Santos), narrando o “conflito com tons claramente antilusitanos, o autor contrapõe brasileiros e portugueses [...], apontando para as deficiências da atuação dos portugueses no Brasil, destacando a má administração, a prática do improvisado, o uso da violência e os abusos contra os colonos”, era a raiz da ruptura política.

Além do que, para Sodré, era imprescindível “rebuscar as lições da história, cujas páginas registram os inesquecíveis feitos dos que abriram as veredas, por onde entraram vencedores e felizes, os revolucionários de 1889⁷²”. Dentre estes “revolucionários”, Sodré destaca com afinco o papel desempenhado por Joaquim José da Silva Xavier, o “Tiradentes”. Para o autor:

De todos os conspiradores, só Tiradentes não dissimulou com a Pátria, não mentiu a seu destino cívico, não faltou a seus compromissos de conjurado, não vergou no tremendo passo do horrendo suplício final. Só teve com os débeis companheiros as generosas equivocções que os inocentavam, sem jamais, nem de leve, os carregar de culpas fictícias. Foi nobre, generoso, foi da melhor estirpe cívica e teve a clarividência, que faltou aos mais ilustres⁷³.

71 – SODRÉ, Lauro, *op. cit.*, 1938, v.1, p. 354.

72 – *Ibidem*, p. 356.

73 – *Ibidem*, p. 357.

Lauro Sodré evoca uma imagem do Tiradentes tal qual desenhada pelos republicanos das primeiras décadas do século XX, como representação oficial, o herói da pátria, mártir da República, o evangelizador capaz de representar com altivez a causa da pátria futura, porque “ele soffreu a tyrania dos potentados pelo desejo de liberdade de seu próprio paiz⁷⁴”. Com mesmo tom nacionalista e heroicizador, Sodré narra a “derradeira tentativa de implantação da República em nosso país, completadas assim as lidas, a que se consagraram as gerações que precederam os derradeiros apóstolos do novo evangelho político⁷⁵”, ou seja, a Revolução Pernambucana de 1817, relatando que em Pernambuco nascia a “ideia de completa libertação da Pátria⁷⁶”. Esta data tornou-se célebre para os republicanos, apesar da derrota final dos “revolucionários”, pois conseguiram deflagrar, “de fato”, um movimento separatista, chegando a tomar o poder de Pernambuco e instalar um governo provisório, tornando-se semente para os “destinos da nova República⁷⁷”.

O ano de 1817 foi evocado com amplitude não apenas por Lauro Sodré nas primeiras décadas do século XX, mas pelos intelectuais paraenses da Academia Paraense de Letras e do reinstalado Instituto Histórico e Geográfico do Pará, pois foi nesta data que o IHGP ganhou sua re-fundação, tonando-se a referida data o marco fundador da instituição. A data, além de estender as comemorações e rememorar o Tricentenário da Fundação de Belém (1916), era “capaz de reunir em torno da Associação, as representações coletivas de que precisava para se autoafirmar como instituição cívica⁷⁸”. Governador do estado do Pará à época, Lauro Sodré participou ativamente incentivando o ato de re-fundação do IHGP em 1917, tornando-se o “presidente de honra” da instituição.

74 – Ata de sessão extraordinária comemorativa do martirólogo de Tiradentes e em homenagem à memória de João Pessoa. *Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, 21 de abril de 1931, p. 1.

75 – SODRÉ, Lauro, *op. cit.*, 1938, v.1, p. 358.

76 – *Ibidem*, p. 358.

77 – *Idem*.

78 – FREITAS, Iza Vanesa Pedroso de. *O Patronato das Letras: Cultura e Política no Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1930 – 1937)*. PPGH/UFPA, Belém – Pará, 2007.

Assim, o recém-reinstalado Instituto Histórico trazia as marcas do pensamento e anseios republicanos, os mesmos apresentados por Sodré em sua tese publicada nos Anais do Terceiro Congresso de História Nacional de 1938. Outra característica importante destacada na tese do autor é a sua crítica às formas de governos autoritários, pois, em inúmeros parágrafos do texto, Sodré citando fragmentos dos manifestos no final do século XIX, à época das campanhas republicanas, reafirma a necessidade de se construírem governos democráticos e republicanos no Brasil, como podemos observar na longa mas importante narrativa a seguir:

É este o ensinamento da história. É ao passado que pertencem as páginas do reinado do despotismo [...] Com o andar dos tempos, as ideias houveram de padecer modificações, e cada vez se acrescentava e crescia a esfera da liberdade, à proporção que minguava a da tirania. Nem mais deuses ou semideuses, não mais descendentes de deuses, os reis passaram a ser considerados como meros delegados de um ser supremo... *Dessa doutrina vetusta se derivaram as formas de governo, que, como a nossa, se resumem na vontade absoluta de um só indivíduo [grifo nosso], cujo poder não é uma delegação da Nação. É essa submissão de um povo a um homem é para ser considerada como um diagnóstico seguro de um padecimento moral. É ela, como reconhece J. Spencer, um atestado de baixeza de caráter, e, o que é mais, no chefe e no súdito: em um há um egoísmo frio, em outro uma abdicação vil e covarde dos direitos do homem[...]*⁷⁹.

Contrariamente à postura exibida por Arthur Reis em sua tese apresentada no mesmo evento, ao reafirmar o poder da monarquia, em especial o Segundo Reinado, representado por um estado forte e centralizado, realidade política também vivenciada no Brasil dos anos 1938 com o golpe de Estado perpetrado pelo governo Vargas em âmbito nacional e, por conseguinte, estaduais no Pará e Amazonas, com as interventorias de Magalhães Barata e Álvaro Maia, respectivamente, Sodré reafirma as bases do republicanismo, enfatizando “que há de desaparecer do país o trono dos céсарes”, e “que há de vir de baixo a revolução destinada a quebrar as armas da tirania, consagrando os instrumentos da democracia⁸⁰”.

79 – SODRÉ, Lauro, *op. cit.*, 1938, v.1, p. 371.

80 – *Ibidem*, p. 372-373.

Assim, observamos duas posturas históricas e políticas contrárias no mesmo evento, demonstrando as distinções da historiografia amazônica, em que historiadores de uma mesma região se destacavam como representação intelectual deste espaço, porém a partir de compreensões diferentes da história.

Considerações finais

A participação dos historiadores amazônicos no Terceiro Congresso de História Nacional demonstra o diálogo estabelecido entre os historiadores desta região e a historiografia brasileira neste momento, destacando a participação destes nos principais debates realizados no evento, bem como evidenciando a existência de uma elite intelectual na região que escrevia a partir deste e sobre este espaço. Os historiadores amazônicos, ao participarem do Congresso, passaram a compor a rede de sociabilidade intelectual em torno do IHGB e, portanto, da historiografia nacional, dada a rede de intelectuais que gravitavam em torno do IHGB à época.

Com a análise dos temas apresentados nas três teses, algumas questões afloram nas contribuições dos historiadores amazônicos participantes do Congresso: primeiro, a questão política, pois se observa as posturas monarquistas e republicanas dos representantes da Amazônia no Terceiro Congresso de História Nacional, sobretudo considerando as relações dessas teses com os institutos amazônicos, ou seja, aventamos que a tese solicitada ao instituto do Amazonas, IGHA, foi uma tese relacionada com a temática monárquica, enquanto a tese desenvolvida por Lauro Sodré, e possivelmente solicitada pelo IHGB ao IHGP, relacionava-se à tradição republicana do próprio Lauro Sodré e do instituto do Pará.

Além do que, outra questão é a discussão etnográfica referente à tese de Hurley, visto que diante de uma década de debates sobre a formação da sociedade brasileira, o tema possuía alta aceitação e estava em consonância com as diretrizes do evento. Ao apropriar-se de uma fonte do século XVIII (a obra de José Mascarenhas, obra em que o autor apresenta o trabalho de pacificação dos indígenas realizado pelos portugueses, através

da religião católica), Jorge Hurley reafirma a necessidade de pacificação e integração dos povos indígenas à nação brasileira dos anos 30, legitimando o projeto de identidade nacional dos anos Vargas, em especial o Estado Novo, que se baseava neste momento no modernismo regionalista, enfatizando os aspectos da cultura brasileira na busca de uma civilização nos trópicos. Assim, destacava-se a “necessidade de desvendar o sentido ‘original’ do país e suas especificidades, analisando a constituição étnica e social da nação através das três raças formadoras⁸¹”.

A partir da análise das três teses apresentadas pelos historiadores amazônicos no Terceiro Congresso de História Nacional (1938), observamos que foram privilegiadas temáticas nacionais que possuíam aspectos da própria história da região amazônica, como as discussões sobre a navegação e o panorama do Segundo Reinado (tese de Arthur Reis), ocasião em que uma das principais discussões sobre navegação naquele momento foi o caso da abertura do rio Amazonas à navegação estrangeira; a proclamação da República, a partir das reflexões sobre o fortalecimento dos ideais republicanos no Brasil e na Amazônia (tese de Lauro Sodré), até porque o autor da tese esteve em ascensão política no Pará justamente no período republicano; e o debate sobre os índios do Brasil (tese de Jorge Hurley), tese essa que explorava um tema caro à história amazônica, notadamente a questão indígena, a qual seu autor possuía afinidade, haja vista ter publicado vários trabalhos na interface da história e da etnografia na década de 1930.

No que se refere aos ideais de construção da nação por parte do IHGB, observamos que nas três teses apresentadas pelos historiadores amazônicos tais ideais se fizeram presentes, a saber: primeiro, o tema tratado por Arthur Reis guarda aspectos relacionados à importância do Segundo Reinado, chefiado por D. Pedro II, para a navegação nacional à época, bem como a atuação do Governo imperial na Amazônia; segundo, Lauro Sodré, por sua vez, explanou um tema diretamente ligado à história

81 – FIGUEIREDO, Aldrin Moura. (2010). O índio como metáfora: política, modernismo e historiografia na Amazônia nas primeiras décadas do século XX. *Projeto História*, n° 41. São Paulo: USP, p. 321.

nacional: a República; terceiro, Jorge Hurley enfatizou, em sua tese, o debate nacional sobre a formação da sociedade brasileira, considerando que os índios “selvagens” deveriam ser pacificados e integrados à nação, transformando-os em brasileiros.

É importante notar que as três teses advindas da Amazônia para o citado Congresso, vistas em conjunto, revelam os interesses do IHGB e dos institutos amazônicos na história tripartida da Amazônia e do Brasil, ou seja, marcada, em partes, por uma cronologia política, as teses apresentaram certa continuidade e regularidade de tempos convencionais da história do Brasil, como Colônia (Hurley), Império (Arthur Reis) e República (Sodré). A ênfase nessa periodização também diz respeito ao próprio momento vivido na década de 1930 no campo cultural e educacional do país, sobre este último Bittencourt, tomando como exemplo o caso da educação primária, considera que se vivia uma época de consolidação da memória histórica nacional e patriótica, observando que duas situações caracterizavam o ensino de História: primeiro, existia um culto aos heróis da Pátria, a exemplo de Tiradentes; segundo, a obrigatoriedade da História do Brasil para estudantes que ingressavam nos estudos secundários⁸². Em resumo, o Terceiro Congresso de História Nacional aconteceu em uma década marcada pela história da Pátria.

Texto apresentado em abril de 2021. Aprovado para publicação em junho de 2021

82 – BITTENCOURT; Circe Maria F. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Ed Cortez, 2011, p. 60.